



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 07.421/08

Objeto: Pensão

Beneficiário (a): Maria Giseuda Freire de Araújo Carvalho

Servidor (a): Carlos Antonio Cabral de Carvalho

Órgão: Paraíba Previdência – PBPREV

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC - 185 /2010

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 07.421/08, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Carlos Antonio Cabral de Carvalho, Contador, Matrícula nº 64.064-8, tendo como beneficiária a Sra. Maria Giseuda Freire de Araújo Carvalho, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em JULGAR REGULAR o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 04 de fevereiro de 10

Cons. JOSÉ MARQUES MARIZ
PRESIDENTE

Aud. ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO
RELATOR

Fui presente :

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 07.421/08

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPREV**, concedendo Pensão por morte do servidor Carlos Antonio Cabral de Carvalho, Contador, Matrícula nº 68.064-8, tendo como beneficiária a Sra. Maria Giseuda Freire de Araújo Carvalho. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e, após solicitada a retificação, achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem. O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

João Pessoa, 04 de fevereiro de 2010

Antônio Gomes Vieira Filho
Auditor Relator

PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial, proponho que os Srs. Conselheiros membros da **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julguem legal o ato concessivo de Pensão Vitalícia a Sra. Maria Giseuda Freire de Araújo Carvalho.

É a proposta !

Antônio Gomes Vieira Filho
Auditor Relator